

IAOD do Deputado Chan Hao Weng em 21.07.2026

Hospitais construídos com erário público devem resolver as dificuldades dos cidadãos no acesso aos serviços médicos

“A dificuldade no acesso aos serviços médicos e longos tempos de espera” têm sido os problemas frequentemente levantados pela população local e ligados à sua vida. Muitos idosos e doentes crónicos têm de esperar meses, ou até um ano, para consultas nas especialidades ou exames simples, o que afecta gravemente a sua vida quotidiana e estabilidade clínica.

Para resolver a referida dificuldade dos cidadãos, o Governo investiu mais de dez mil milhões do erário público na construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, ou seja, o Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital*. Este hospital tem uma dimensão quatro vezes superior à do Hospital Conde de S. Januário. Na altura, todos os residentes de Macau tinham expectativas de que o novo hospital aliviasse a pressão do sistema de saúde público e encurtasse os tempos de espera, ajudando efectivamente a população.

Contudo, a realidade não corresponde às expectativas dos cidadãos.

Segundo dados oficiais, embora o Hospital Macau *Union* tenha uma dimensão quatro vezes superior à do Hospital Conde de S. Januário, assume, neste momento, apenas 11 por cento dos serviços médicos públicos em Macau.

Apesar das instalações quatro vezes maiores e dos investimentos de mais de dez mil milhões do erário público, os recursos não estão a ser plenamente utilizados. Olhando para o Hospital Conde de S. Januário, este continua sobrecarregado todos os dias, funcionando para além da sua capacidade. Os problemas da dificuldade no acesso aos serviços médicos e dos longos tempos de espera continuam sem solução.

O que mais sensibiliza os cidadãos é o seguinte: o hospital público foi construído com os impostos pagos pelos cidadãos, mas estes continuam a ser quem tem maior dificuldade em aceder aos serviços médicos.

Recentemente, o Hospital Macau *Union* passou a incluir os residentes da Zona de Cooperação Aprofundada de Hengqin no âmbito de quotas para consultas externas especializadas, o que tem suscitado a atenção da sociedade.

Os residentes do exterior não pagam impostos em Macau, nem contribuem para o cofre público de Macau, mas agora podem aceder aos nossos recursos médicos públicos de elevado padrão.

As quotas para serviços médicos, os profissionais de saúde e a capacidade de serviços são limitados. Quando as necessidades da população local ainda não estão satisfeitas, abrir

quotas aos residentes do exterior só vai “diluir” e reduzir os direitos e interesses dos residentes locais no acesso aos serviços médicos.

Pessoalmente, sou a favor da integração Hengqin-Macau, mas esta deve, em primeiro lugar, assegurar o bem-estar da população local, antes de se abrir as quotas ao exterior, não se podendo, de modo algum, inverter a prioridade ou sacrificar os benefícios dos residentes de Macau.

Assim, exigimos ao Governo que:

Primeiro, reveja a medida de abertura de quotas de consultas especializadas aos residentes do exterior. Enquanto os problemas de espera por consultas especializadas pelos residentes de Macau não forem resolvidos, todos os recursos médicos públicos devem ser prioritariamente reservados aos mesmos.

Segundo, exija ao Hospital Macau *Union* que regresse à missão original como hospital público, aproveitando a sua vantagem de ter instalações quatro vezes maiores, para assumir os serviços médicos públicos gratuitos prestados pelo Hospital Conde de S. Januário, para que os moradores de Coloane e da Taipa, idosos, crianças e grupos vulneráveis possam aceder aos serviços médicos gratuitos no Hospital Macau *Union*, com tratamento idêntico ao do Hospital Conde de S. Januário, por forma a alcançar, efectivamente, o efeito de triagem, aliviando a pressão do sistema de saúde público.

Terceiro, aumente substancialmente a proporção de atendimentos aos residentes locais, e divulgue os dados de serviços, a alocação de pessoal e a distribuição de quotas, no sentido de aumentar a transparência no uso do erário público e dissipar as dúvidas da população.

O erário público provém da população e é utilizado em seu benefício. Espera-se que o Governo dê prioridade ao bem-estar dos residentes locais, para que esta grande infraestrutura de saúde pública sirva verdadeiramente os moradores locais e beneficie a população.

Obrigado.